



Carta de Maria Elisa Costa à Fundação Athos Bulcão

*Louvando em princípio o trabalho que vem sendo realizado pelo
IPDF, faço minhas as palavras deste impecável parecer.*

Lucio Costa, 1994

Compareço a esta conferência não porque tenha currículo acadêmico que o justifique, mas porque as circunstâncias da vida me levaram a ter um aprendizado informal para mim precioso, resultante do simples convívio com meu pai, Lúcio Costa, e porque tive experiências profissionais muito diversificadas, sempre mais ligadas a problemas objetivos do que as especulações teóricas. Trabalhei na administração pública e para a administração pública; tive firma e trabalhei como autônoma; lidei com arquitetura, com projetos urbanos, com legislação do uso do solo, com paisagismo, com comunicação visual e artes gráficas; e houve até uma incursão na cenografia do cinema, que me ensinou a ver as coisas como elas são, independente de considerá-las certas ou erradas. Como na cabeça da gente os compartilhamentos não são estanques, essas várias experiências interagem livremente, sobretudo porque não me “casei” com nenhuma delas.

Trata-se aqui de cidades, e os comentários que farei são fruto apenas de observações resultantes da sedimentação dessa mistura.

Pude observar que enquanto uma cidade cresce espontaneamente, de acordo com suas necessidades intrínsecas, ou seja, de dentro para fora, existe uma tendência instintiva em direção ao bom senso; as novas ocupações buscam áreas adequadas, respeita-se o chão e o caminho da água – a identidade urbana se confirma. Nesta fase, para ser útil, basta não atrapalhar.

De repente, uma administração abre uma via desimpedida atravessando áreas até então vazias ou com uso rural - independente do mérito da intervenção, é introduzido um fato urbano novo e de origem externa, que perturba a lógica inerente ao desenvolvimento espontâneo. Intervenções desse tipo freqüentemente ocorrem - ou ocorreriam- antes que a administração se tenha dado conta da utilidade do planejamento urbano.



A partir desse momento, o fluxo natural da expansão é rompido. As novas perspectivas desnorream e o bom senso perde o comando da ação. Os parâmetros mudam - entram em cena fatores estranhos à tradição urbana até então vigente, os interesses imobiliários despertam e fazem prevalecer seu poder de sedução; a expansão da cidade, exposta a riscos desconhecidos até então, se processa aleatoriamente; proprietários rurais vendem suas glebas, para as quais são projetados loteamentos em escritórios distantes e o resultado são "ilhas" de ocupação sem nenhuma estruturação urbana que as integre, mesmo quando, por outro lado, numa sociedade desigual como a nossa, a população marginalizada passa a ocupar áreas que não corram o perigo de atrair interesses imobiliários – como os morros no Rio, que não permitem acesso viário, ou os alagadiços e beiras de rios em tantos lugares. Ocupações que implicam em sérios problemas de risco para as próprias populações, e em geral são conflitantes com a preservação do meio ambiente.

Embora o planejamento urbano seja cada vez mais uma atividade multidisciplinar, o que deve, a meu ver, ser prioritariamente cobrado do urbanista é a capacidade do que eu chamaria de "discernimento preliminar", querendo significar a apreensão ao mesmo tempo intuitiva e abrangente da realidade, ou seja, uma atitude que tenha em vista clareza nos objetivos, que busque sempre saber qual é o "Norte". Este discernimento deve atuar em todo o processo e orientar a tecnologia disponível para que a multiplicidade de informações possíveis seja um instrumento produtivo de trabalho, e não se transforme num ingrediente para infinitas discussões teóricas.

A partir desta postura preliminar, fica mais simples perceber quais as pesquisas pertinentes, quais as desnecessárias, já que tantas vezes o problema "está na cara"; avaliar onde, quando e em que medida convém ou é possível intervir; saber onde o freio onde o acelerador; onde o não é indispensável, onde a flexibilidade é possível, onde o excesso de controle atrapalha; onde pequenas intervenções podem gerar resultados significativos; onde cabe cirurgia, onde convém homeopatia - em suma, saber o que fazer.

Por outro lado, é importante que o urbanista não se sinta tolhido em sua liberdade de aventar possibilidades não evidentes, ou sugeridas apenas pelas pesquisas.

Com a noção clara de "o que fazer", é preciso saber como fazer. E é nessa hora que a atividade do urbanista se vincula mais à do arquiteto – muitas intenções corretas em tese se perdem na hora do "como fazer", e às vezes a idéia de um "como fazer" pode abrir novas perspectivas no sentido do "o que fazer".



E neste como fazer é ao meu ver indispensável a presença de uma abordagem plástica concomitante com a abordagem prática. Me incomoda a extrema dificuldade que hoje percebo nas pessoas quando se trata de apreciação da qualidade plástica – como se só técnica fosse objetivamente apreciável "...". Já com a música, por "...", ninguém fica constrangido de avaliar qualitativamente música com música, como arte, como algo que vai além, que toca o ser humano em outro plano, que lida com emoção e com prazer.

Por outro lado, e também aí o "discernimento preliminar" é fundamental, um dos desafios do planejamento urbano hoje - evidentemente com o indispensável respaldo político – é saber administrar a "grana que ergue e destrói coisas belas". E também resistir ao "modismos": Morro de pena quando vejo cidades de porte médio perderem deliberadamente sua escala e sua identidade urbana supondo que prédios de 15 ou 20 andares são passaporte para a tão decantada "modernidade". A lei do mercado é legítima, mas não sacrossanta, da mesma forma que a ambição é legítima, ao passo que a ganância é hoje o pecado maior do Planeta.

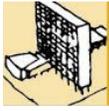
Feitas estas divagações, gostaria de abordar o caso particularíssimo – único – de Brasília. Refiro-me ao Plano Piloto, ao projeto urbano de Lucio Costa.

Brasília é isso, Brasília é aquilo... Fico com a frase até o verbo: Brasília é.

Como é que pode, uma cidade tão diferente de tudo que havia antes ter deixado tão rapidamente de ser vivida como novidade insólita, e ser hoje coisa tão normal, tão parte integrante do Brasil? O extraordinário, para mim, é exatamente essa naturalidade com que a cidade inventada se inseriu no contexto brasileiro – como se fosse o óbvio. A meu ver, nenhuma elaboração técnica por mais sofisticada que fosse, chegaria a esse resultado. Para mim, esse fato só se explica pela inacreditável sintonia intuitiva de Lucio e Oscar com o momento histórico que o Brasil vivia, e com a sensibilidade brasileira.

O momento era de confiança, de horizonte aberto, de vontade, de entusiasmo: o oposto da desconfiança depressiva que depois se alastrou.

É comum se afirmar hoje que o Plano Piloto foi utópico e "elitista", que não se pensou nas populações de baixa renda. As pessoas esquecem que, na época, se alguém afirmasse que mais de 35 anos depois a miséria do Brasil seria maior, que favela deixaria de ser vergonha nacional para ser solução urbana ou coisas assim, apanhava. Não se podia sequer cogitar que ser realista significasse apostar na proliferação da pobreza como destino inescapável, que a formulação de propostas para alojar as populações marginalizadas seria prioritária, em lugar de todos os esforços da nação se concentrarem no sentido de erradicar a miséria. Naquele tempo, não era utopia supor que tantos anos depois "casa Grande e Senzala" fosse um filme de época, e não de



atualidade, como cada vez mais volta a ser. E Brasília foi concebida como capital definitiva de um Brasil sadio.

Tanto isso é verdade que nenhum dos projetos apresentados no concurso considerou o que hoje chamamos de “baixa renda”. Como se sabe, a proposta do plano de Lucio foi que a gradação social se fizesse dentro da própria estrutura das superquadras, através de maior densidade de ocupação e de apartamentos menores, estabelecendo-se o convívio nos equipamentos de uso comum das áreas de vizinhança. Só que a gradação social prevista partia da premissa de que o conjunto da população da cidade tivesse condições de viver acima do zero.

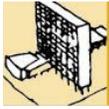
Não é preciso dizer que a realidade foi diferente, que o Plano Piloto foi desde o início encarado pelo próprio governo como a Zona Sul do Rio,

que a “baixa renda” ocorreu em massa e aqui permaneceu exatamente para tentar ficar menos baixa, que as cidades satélites surgiram logo de saída para alojar essas populações nos moldes tradicionais brasileiros, ou seja, na periferia. Aliás, o fato é que, até hoje, qualquer gesto no sentido de fixar populações de baixo poder aquisitivo em condições descentes acaba não resultando, porque o poder econômico – e não o urbanismo - sempre consegue afastar o pobre para mais longe. O resto é demagogia.

Voltando ao projeto propriamente dito, gostaria de chamar a atenção para um detalhe revelador da extrema liberdade de pensamento de seu autor; 5 anos antes de Brasília, em uma conferência da UNESCO realizada em Veneza, o texto por ele apresentado – “O arquiteto e a sociedade contemporânea” – incluía uma defesa convicta das unidades de habitação auto-suficientes propostas por Lê Corbusier. Acontece que na hora em que teve a oportunidade de projetar uma cidade de carne e osso, Lucio incorporou, dos princípios corbuseanos, apenas o que quis – as áreas verdes, os pilotis livres, o princípio da cidade parque; mas quando estabeleceu a escala residencial, a referência foi a tradição – os 6 andares que Paris tem até hoje (graças a Deus), e o comércio na rua.

Brasília foi uma espécie de âncora que Juscelino lançou no meio do sertão, para garantir a continuidade do seu desenvolvimento. O que viria a acontecer com a cidade, era uma incógnita. Agora, a equação urbana está bem clara: de um lado “...”.

Que ali cresceram – e que está, até hoje, incompleto. Dizer-se portanto que a origem dos problemas de Brasília hoje é o fato da cidade ter sido projetada para 700.000 habitantes e hoje ter 1.700.000 é uma distorção dos fatos: Brasília - Plano Piloto ainda não alcançou a população para a qual foi projetada. Como diz a memória descritiva, “a cidade não será, no caso, decorrência do planejamento regional, mas a causa dele” – só que no caso o “desenvolvimento



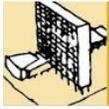
planejado da região” não aconteceu como teria sido desejável, vale dizer, no entorno da capital proliferam assentamentos urbanos com características exatamente iguais às das cidades brasileiras comuns – a vontade de inovar foi além do Plano Piloto. O planejamento desse entorno deve ser conduzido, por conseguinte, de forma análoga ao que se faz em qualquer cidade, mas com uma diferença: é essencial levar em conta as implicações que a expressão urbana possa ter em relação à preservação do Plano Piloto. Independente da própria existência do tombamento formal, esta preservação deve ser assegurada a todo custo, não apenas por seu valor em si em termos de urbanismo e de arquitetura, mas como testemunho físico de um momento excepcional na vida do país – e até mesmo para lembrar às pessoas, no meio dessa névoa que hoje nos envolve, que a natureza brasileira não tem nada a ver com depressão – para sair do buraco a primeira condição é querer sair, é confiar nos seus valores e buscar seu próprio caminho.

Para concluir, como disse o poeta, “as muito feias que perdoem, mas beleza é fundamental”. Refiro-me à extraordinária contribuição do Oscar Niemeyer na tradução arquitetônica do projeto urbano de Lucio, sobretudo no que se refere à chamada escala monumental, que conferiu a Brasília recém-nascida a marca definitiva de capital da nação. Aliás, parece evidente que Lucio contava com o teor da arquitetura de Oscar quando concebeu a cidade – basta imaginar o que seria a Praça dos Três poderes com a sua ausência.

Na verdade, Oscar Niemeyer é o único artista plástico popular do século XX. O único cuja obra é instantaneamente assimilada pelo povo, que a incorpora e transcreve de mil maneiras – do pára-choque do caminhão aos desenhos das crianças. O Congresso, por exemplo, conseguiu se transformar numa espécie de “Pão de Açúcar” de Brasília, de marco referencial. No rio, mesmo para que more num subúrbio distante, o Pão de Açúcar – como em Brasília o Congresso – é o símbolo, o marco da sua cidade.

Sinto que o Brasil, de um modo geral, não se apropria devidamente de nossa capital como extraordinária realização do povo brasileiro; a nação devia orgulhar-se de ter sido capaz de produzir Brasília. Às vezes a gente tem uma sensação insólita de que as pessoas quase pedem desculpas por um dia ter existido um governante que recorreu à qualidade, cobrou presença atuante do nosso talento e permitiu que ele aflorasse em sua plenitude. Se Brasília fosse em outro país, seria muito mais valorizada pelo os de cá: “Só mesmo lá fora, imagine se aqui ia ser possível implantar aquela cidade linda em três anos, etc, etc...”.

Por isso me constrange enormemente a atitude de alguns intelectuais brasileiros, sobretudo quando arquitetos, que se obstinam em desmerecer a obra de Lucio e Oscar – indissolivelmente ligadas em Brasília. Que a crítica construtiva é legítima e desejável, é evidente.



Mais uma vez, um paralelo com a música: ninguém é capaz de imaginar Caetano preocupado em provar por A+B que Tom já era, ou Gil achando que bom mesmo era Pixinguinha não ter nascido. Quem tem algum recado a dar não perde tempo destruindo – procura conhecer o que veio antes, avalia, gosta ou não gosta, assimila ou se afasta, mas respeita. Se o talento existe, ele se expressa naturalmente e introduzir, sem rancor, as próprias inovações.

*Maria Elisa Costa
Brasília, setembro de 1994*